

18 NOV 1992
ESTADO DE SÃO PAULO

QUAI

POLÍTICA ECONÔMICA

Plano busca reativação da economia

Programa de curto prazo prevê mudança na privatização, no salário e na atuação do BC

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O governo vai negociar com o Congresso a reformulação da lei de privatização, para permitir que parte do dinheiro da venda das empresas estatais seja utilizada para o pagamento da dívida interna de curto prazo. Essa medida, associada à nova orientação que será repassada ao Banco Central, para evitar o acúmulo de reservas cambiais, propiciará, no curto prazo, a queda nas taxas de juros, de acordo com a estratégia definida no programa econômico de curto prazo.

Os ministros da Fazenda, Gustavo Krause, e do Planejamento, Paulo Haddad, apresentaram o novo programa econômico ainda esta semana ao presidente em exercício, Itamar Franco. Se aprovado, os ministros esperam que ele reabra as portas do crescimento econômico e permita o combate gradual à inflação.

Os ministros Haddad e Krause já definiram as linhas básicas da política econômica do governo Itamar Franco. A maior parte das medidas dependerá de aprovação pelo Congresso. A equipe econômica quer negociar com a classe

política uma nova lei de correção do salário mínimo e uma nova política salarial, garantindo aumento real (acima da inflação) somente para os setores que, comprovadamente, tenha conquistado ganhos de produtividade.

As propostas da equipe econômica envolvem questões polêmicas, como a de desvincular os reajustes das aposentadorias e pensões das correções do salário mínimo. Essa regra é considerada "insustentável" pelos técnicos do governo. O capítulo da política de rendas é limitado à questão salarial.

Os preços continuarão liberados, mas Haddad e Krause acreditam que, com a divulgação do programa, os empresários irão rever as remarcações preventivas. Existe o consenso de que a obtenção de expectativas mais favoráveis induzirá o setor privado a expandir a produção e, ao mesmo tempo, desacelerar as remarcações de preços.

O governo, de seu lado, acena com uma nova política de reajuste de tarifas e preços públicos com base na variação dos custos de cada setor, e não mais na pura e simples indexação à inflação ocorrida.